

VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES

As manchetes de jornais denunciam sistematicamente a ocorrência de inúmeros acontecimentos que podem ser traduzidos pelo aumento da violência praticada contra a população em geral. Muitos desses atos protagonizados por adolescentes ou mesmo jovens adultos que deveriam estar na Escola, lugar privilegiado de trabalho sobre valores que apontem para o bem da sociedade, para a paz e a vida fraterna.

No entanto sabemos que existe uma grande dívida social dos governos que, apesar de discursos inflamados e de tentativas inócuas, pouco têm se empenhado na busca de ações concretas que apontem soluções, mesmo a médio e longo prazo, para tornar efetiva a inclusão social e a redução da marginalidade e da pobreza. O fenômeno da violência, tendo como pano de fundo a escola, apresenta situação muito semelhante ainda que com causas distintas. Se na escola pública faltam professores para o atendimento pleno dos alunos, faltam investimentos em recursos pedagógicos, faltam propostas de formação continuada para os professores, o que não acontece na escola privada. Mas a violência, embora motivada muitas vezes por forma diversa, também é um grave problema nas escolas particulares.

Mais do que nunca, as instituições de ensino privadas, na atualidade, estão entregues à lógica liberal; logo, só se pode temer o pior de uma livre concorrência escolar. Diretores autodenominam-se "gestores escolares", gabam-se de ter sucesso no projeto de suas instituições porque seus alunos "são vistos e respeitados como clientes". Ora, cliente é quem contrata um serviço ou adquire, mediante um valor, um bem ou produto; a educação, portanto, passou a ter – equivocadamente, por certo – essa definição.

Desse modo, temos o seguinte quadro: o contratante ou comprador desse produto ou serviço é o aluno ou, em outra hipótese, seus pais; de qualquer modo, segundo a lei do comércio, "cliente sempre tem razão". Será possível estabelecer, nesses parâmetros, uma relação pedagógica saudável entre professor e aluno? Não será justamente por isso que encontramos, cada vez mais, professores insatisfeitos com seu trabalho, infelizes, mas resignados porque "na escola particular é assim mesmo...".?

A familiarização com a agressividade e a violência as tornam, como analisam psicólogos e sociólogos, matéria do cotidiano, corriqueiras a ponto de serem consideradas "normais". Entretanto, a proliferação indiscriminada desses comportamentos mostra que a escola perdeu - ou vem perdendo - o poder normativo e ignora ou negligencia os recursos pedagógicos para o estabelecimento de limites entre o que é aceitável e o que ultrapassa essa condição.

O professor, nesse contexto, é destituído de autoridade e autonomia, e essa lacuna dá margem para que o aluno mesmo ou sua família, em sala de aula, no espaço da escola ou fora dela, arbitre sobre o que é justo ou injusto, certo ou errado, segundo sua visão pessoal. A violência é, assim, relativizada em seu valor de transgressão, e seus autores não se sentem transgressores: pelo contrário, agem com tranqüilidade, não se julgando fora dos princípios da boa educação ou da ética, pois se conduzem de acordo com o que estipulam ser o preceito correto e legítimo.

Recentemente o SINPRO/RS contratou uma pesquisa para investigar a opinião dos professores sócios do sindicato sobre a problemática da violência no ambiente de trabalho. Essa pesquisa teve como objetivo investigar aspectos como tipificação, autoria, frequência e encaminhamento dos fatos caracterizados como violência ou constrangimento e investigar os desdobramentos ou providências posteriores aos fatos vivenciados pelos professores.

A pesquisa constatou que a desconstituição da autoridade do professor e as atividades de trabalho sem remuneração são os principais constrangimentos presentes no cotidiano docente, seguidos da ingerência na avaliação dos alunos e na ação pedagógica.

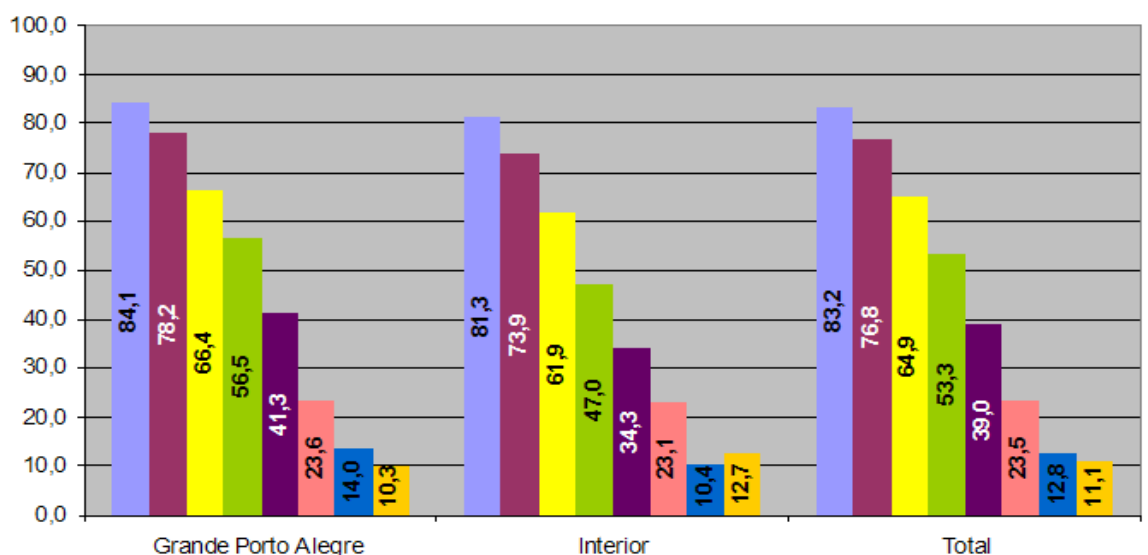
Constatou também a pesquisa que estes constrangimentos têm origem basicamente nos alunos e nas coordenações, sem que os pais, por exemplo, sejam indicados diretamente por este tipo de atitude (mais dados no www.sinprors.org.br).

Além das constatações da pesquisa, vêm ao Sindicato professores com relatos de experiências constrangedoras que nem sempre são atos violentos explícitos. A “conversa” sobre a necessidade de ter “maior compreensão” com alunos, flexibilizando sua avaliação, comentários sobre a “grande” cobrança em relação a prazos e a conteúdo de trabalhos, o “conselho” de “não levar tão a sério” o comportamento inadequado de alunos, a observação de que “isso é coisa de jovem” para justificar atos violentos são apenas alguns exemplos de constrangimentos implícitos suportados por professores. Em casos mais extremos, são relatadas situações em que alunos se referem aos professores utilizando termos ou apelidos depreciativos e palavras de baixo nível, além da ocorrência, mesmo, de agressões físicas.

Mas talvez a violência maior que sofre o professor seja não autorizar as iniciativas necessárias para o encaminhamento adequado do problema. Preferem os professores suportar essas situações que muitas vezes geram transtornos emocionais e somatizações, pois temem a demissão motivada por uma avaliação equivocada das direções de que os problemas são superados com o afastamento do professor.

Isto denota uma postura de escolas que ainda acreditam que a educação se dá de maneira linear, sem conflitos e que, portanto, não investem na diversidade de interesses de alunos, professores, coordenações, enfim de todos os segmentos da comunidade escolar. Diversidade saudável, sim, possível geradora de conflitos que possibilitam o crescimento pessoal na autoria da resolução de problemas e busca de soluções.

Em 2006, conseguimos inserir na Convenção Coletiva de Trabalho a cláusula 16, que foi repetida na CCT 2007:



- Desconstituição da Autoridade do Professor
- Atividades de Trabalho sem Remuneração
- Ingerência na Avaliação dos Alunos
- Ingerência na Ação Pedagógica
- Relativização das Agressões dos Alunos
- Agressão Via Internet
- Agressão Física
- Assédio Sexual

16 - AMBIENTE ESCOLAR

Os estabelecimentos de ensino, por suas direções, dentro das suas prerrogativas legais, deverão atuar no sentido de prevenir e reprimir condutas discentes e/ou de pais e demais tomadores de serviços educacionais configuradoras de violência física, psicológica ou moral contra seus professores. Estes, por sua vez, deverão colaborar com as ações necessárias para a eficácia da atuação preconizada pelas direções.

Parágrafo primeiro – Direções e professores, observados os parâmetros de suas respectivas atribuições e reservada a iniciativa das direções, buscarão incluir a questão disciplinar dentro dos marcos pedagógicos da escola.

Parágrafo segundo – Os compromissos aqui pactuados não eximem as escolas e os professores da responsabilidade civil que lhes seja atribuível segundo a legislação.

Esse regramento foi positivo, porém precisamos dar mais divulgação e insistir para que os professores utilizem as prerrogativas oferecidas pelo mesmo.

Diante dessas considerações, deve o SINPRO/RS no próximo período:

- ▶ divulgar com mais intensidade a cláusula 16 da CCT 2007, insistindo para que os professores possam dela se valer;
- ▶ intensificar a parceria com os professores para que não enfrentem sozinhos ou sejam exclusivamente responsabilizados por agressões ou constrangimentos;
- ▶ oferecer aos professores que sofrem violência implícita ou explícita tanto o Departamento Jurídico como a intervenção do sindicato junto à Escola onde houver o ato violento;
- ▶ promover atividades para subsidiar os professores sobre ações preventivas de violência;
- ▶ planejar encontros sobre o tema, incorporando a legislação sobre o assunto, em especial, a adequada interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente.